

Mulheres contra a crise: pandemia reforça necessidade de discutir equidade de gênero no trabalho

Pandemia do coronavírus reforça necessidade de discutir equidade de gênero no trabalho — não apenas pela urgente questão social, mas por ajudar na economia

[\(Exame | 18/06/2020 | Por Marina Filippe\)](#)

A pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), causador da síndrome respiratória covid-19, está mudando a vida de todos. Com o distanciamento social, as dinâmicas de trabalho se alteram, as crianças deixam de ir à escola e até o ato de fazer compras está diferente. Nesse cenário, especialistas apontam que as mulheres são especialmente afetadas. Um dos motivos é a atribuição dos serviços domésticos não remunerados, ou seja, os cuidados da casa e da família, que se tornam ainda mais intensos. Para elas, em 2019 esse cuidado tomou 21 horas semanais, uma diferença de cerca de 10 horas a mais do que os homens. Agora, com a retomada econômica e com a reabertura gradual das cidades brasileiras, a dinâmica pode ficar ainda mais afetada, já que muitas dessas mulheres precisam retornar ao trabalho enquanto os filhos não voltarão à escola.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Uma em cada 5 mulheres não busca trabalho para cuidar da casa ou de alguém

A entrada ou a volta das mulheres no mercado de trabalho encontra nas tarefas de casa um empecilho. Uma em cada cinco mulheres informou que não busca trabalho porque precisa cuidar de afazeres domésticos, dos filhos ou de algum outro parente. O resultado consta da Síntese de Indicadores Sociais divulgada ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) com dados referentes a 2018.

[\(Universa, 07/11/2019- acesse no site de origem\)](#)

A pesquisa revelou que 19,7% das entrevistadas afirmaram não ter tomado providência para conseguir uma ocupação por ter que cuidar de afazeres domésticos, de filho ou de outro parente —que pode ser criança, idoso ou deficiente. O número é nove vezes maior que o de homens. “O mesmo motivo representou apenas 2,2% das respostas dos homens, corroborando os dados apresentados anteriormente sobre a desigualdade de gênero na realização de atividades domésticas”, diz o IBGE.

Ainda segundo a pesquisa, os resultados “fundamentam a importância que é atribuída à expansão da rede de cuidados para crianças, idosos e pessoas com deficiência para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho, o que, por sua vez, poderia implicar crescimento do PIB [Produto Interno Bruto] e das receitas tributárias do país”, afirma.

Por esse motivo, em 2018 as mulheres eram maioria nos três componentes da subutilização da força de trabalho, chegando a representar 59,3% da força de trabalho potencial. Além disso, assim como em todos os anos anteriores, as mulheres ainda seguem recebendo salários menores que os homens: R\$ 2.382 em média para eles, R\$ 1.874 para elas.

A arquiteta Mariana Lopes, 33, conta que decidiu cuidar da filha por “uma conjuntura de fatores”. Ela lembra que morava no Rio de Janeiro por quase

seis anos e resolveu voltar para Maceió.

“Eu voltei num dia e descobri que estava grávida no outro. E aí era final de ano e não quis procurar emprego grávida porque sabia que ninguém ia querer me contatar. Aí depois que Maria flor nasceu não procurei emprego porque eu vi que não ia valer a pena e talvez o salário que eu recebesse não ia ser o suficiente pra pagar ou daria somente pra pagar a creche ou babá”, explica.

Ela diz que também não queria colocar a filha ainda pequena em uma creche ou deixar com babá. “Depois que ela nasceu, achei que era importante estar junto dela nessa primeira infância e meu marido trabalha de manhã e só volta de novo. Achei que seria importante para mim e para ela estar com ela nesse período. Foi opção minha, eu que quis. Não valia a pena ficar trancada 8 h dentro de um escritório sem ver minha filha crescer “, explicou.

Falta o homem entrar nas tarefas domésticas

Dr.ª Doutora em comunicação e pesquisadora do tema, a professora da rede Laureate Beatriz Beraldo acredita que o homem não ingressou como deveria nos afazeres de casa —o que leva mulheres, em regra, a se manterem na missão.

“Existe uma constatação pouco comentada, mas que da qual as mulheres têm muita consciência, que é o fato de que a mulher ‘entrou’ no mercado de trabalho, mas os homens ‘não entraram’ nas atividades domésticas. A sobrecarga feminina produz dificuldades no ingresso, mas, principalmente na manutenção do emprego”, afirma.

Para ela, as famílias de baixa renda normalmente são as mais afetadas pela dificuldade financeira em contratar serviços —embora ela veja um problema de dimensão maior e atingindo mais estratos.

“Isso afeta especialmente a parcela mais pobre da população que não têm acesso à creche perto de casa, por exemplo. Mas é um fenômeno que atinge as camadas médias também. Recentemente, o recurso das ‘creches parentais’ tem sido uma alternativa para as mulheres autônomas conseguirem alguns

dias da semana para trabalhar em suas atividades”, pontua.

Desigualdade entre os sexos no desemprego

A Síntese do IBGE também traz outras constatações que mostram como a mulher é prejudicada em vários aspectos ligados ao trabalho.

Um dos pontos apontados é que a crise econômica levou mais mulheres para o trabalho para ajudar a renda das famílias. Entretanto, “sua taxa de participação em 2018 permaneceu bem aquém à dos homens, 52,9% e 72,0%, respectivamente”.

No quesito desocupação, estrato mais afetado entre as mulheres é o grupo das pessoas de até 29 anos, com uma diferença de 5 pontos percentuais entre homens e mulheres em 2018 — 25% a 20%, respectivamente.

“A desigualdade entre os sexos na taxa de desocupação diminui nos grupos de idade mais avançada, o que pode ser atribuído à saída mais cedo das mulheres da força de trabalho, que reduz a pressão sobre o mercado de trabalho. As taxas de desocupação dos homens e das mulheres, desagregadas por grupos etários”, diz a Síntese.

Ainda segundo a pesquisa, entre as mulheres, o nível de instrução aparece com maior influência do que entre os homens —ou seja, mulheres com menos escolaridade têm mais dificuldades de entrar no mercado de trabalho.

“Em 2018, a taxa de participação das mulheres com ensino superior completo era 2,6 vezes maior que a das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; já a dos homens mais escolarizados era 1,5 vez maior que a dos menos escolarizados.”

Por Carlos Madeiro

Idade mínima para aposentadoria das mulheres deve ser menor? SIM

Uma das propostas originais da reforma da Previdência era uniformizar os critérios de acesso à aposentadoria para homens e mulheres.

Essa estratégia, segundo seus defensores, seria uma forma de acabar com um privilégio das mulheres. Tal argumentação, no mínimo desinformada, parte de um pressuposto bastante criticável, implícito aos discursos que enaltecem a meritocracia: o de que não há diferenças relevantes entre os indivíduos.

[\(Folha de S.Paulo, 06/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

De acordo com essa visão, homens e mulheres concorrem em pé de igualdade no mercado de trabalho. Não haveria sentido, portanto, em privilegiar um grupo em detrimento do outro.

Nessa perspectiva, tendo em vista a transformação do papel das mulheres nas últimas décadas -com maior liberdade, conquista de direitos e inserção no mercado de trabalho-, permitir que elas se aposentem mais cedo e com menor tempo de contribuição aparenta ser um privilégio de gênero.

O raciocínio, contudo, está equivocado. A Constituição Federal de 1988 levou à Previdência o princípio da solidariedade social, determinando o tratamento diferenciado de segmentos populacionais com condições desiguais de inserção no mercado de trabalho.

Quase 30 anos depois, esse princípio continua a fazer sentido no caso das mulheres. Estamos ainda muito longe de vivenciar uma situação real de igualdade de gênero no mercado de trabalho. Vejamos algumas estatísticas.

Em 2015, de acordo com a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), 91% das mulheres ocupadas declararam realizar tarefas

domésticas e de cuidados, enquanto os homens nessa categoria eram 53%.

Isso significa que 91% das mulheres possuem ao menos dupla jornada: se inseriram no mercado, mas continuam, em grande parte, a desempenhar sozinhas as tarefas domésticas e de cuidados no âmbito de suas famílias - sejam como mães, avós ou filhas.

No entanto, “tarefas domésticas e de cuidados no âmbito de suas famílias” não remuneram, não contam para a aposentadoria e tampouco para o incremento da produtividade e do salário -muito pelo contrário.

Falando nisso, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais de 2015, cerca de 40% das mulheres ocupadas estavam vinculadas a atividades que são extensão das “tarefas domésticas e de cuidados no âmbito de suas famílias”, como educação infantil, serviços sociais e serviços domésticos.

Apesar da evidente importância, essas atividades são de baixa remuneração, altamente sujeitas à informalidade.

A desigualdade salarial ainda é alarmante. Segundo a Pnad 2015, mesmo em atividades que são extensão das “tarefas domésticas e de cuidados no âmbito de suas famílias”, as mulheres recebem, na média, cerca de 68% dos rendimentos dos homens.

E por que as mulheres, na média, ganham menos? Porque ainda permanecem condições estruturais, especialmente sociais e culturais, que restringem a sua participação, quantitativa e qualitativamente, no mercado de trabalho.

Assim, suplantar o princípio de solidariedade social da Previdência, tentando igualar a idade mínima de homens e mulheres, em nada reflete a desigualdade de gênero observada ainda em 2017.

E pior: pode contribuir para o seu aprofundamento.

FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO, doutora em economia das instituições e do desenvolvimento pela USP, é professora de ciências econômicas da Universidade Federal do ABC

Terceirização: a precarização da proteção à mulher e à criança

A luta contra a terceirização não deve arrefecer, em face da aprovação da Lei 13.429. Trata-se de uma luta contra a intermediação da força de trabalho, que tem sido utilizada como subterfúgio para a subtração de direitos, dentre os quais está a vedação ao trabalho infantil.

[\(Carta Capital, 26/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

A aprovação dessa lei, cujo projeto datado de 1998 foi desengavetado e aprovado às pressas, num claro golpe ao processo legislativo que se desenvolvia em torno do PLC 30, e como forma de impor algo claramente rejeitado pela sociedade, em todas as discussões e audiências públicas realizadas sobre o tema, apenas reacende a necessidade de falar abertamente sobre as consequências dessa opção social.

A terceirização é definida como uma técnica empresarial que promove o “enxugamento” da empresa, através do repasse de parte das atividades, para que possa haver maior dedicação à finalidade social do empreendimento. Outra daquelas mentiras que nos repetem todos os dias, mas que nem por isso se tornarão verdade. Basta ver a proposta contida no substitutivo ao [PL 6787](#), que altera redação da recém aprovada Lei 13.429, para dispor que as empresas podem terceirizar qualquer atividade, todas as suas atividades. Ou seja, não se trata de especialização, trata-se de atravessamento, com o escopo exclusivo de redução de custos.



Segundo a pesquisadora **Patricia Galvão**, da Unicamp, terceirização tem raça e gênero: os serviços de limpeza e manutenção, por exemplo, mantém a maioria absoluta de mulheres negras como empregadas. Trata-se da reprodução de uma cultura que admitiu (e em certa medida ainda admite) a

escravidão e que é pautada pela ideia de que as mulheres são mais aptas às tarefas domésticas.

Dados revelados por uma pesquisa do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro apontam que 92% dos trabalhadores nos serviços de limpeza terceirizados são mulheres, enquanto 62% são negros. Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas apontam que, em 2009, existiam 7,2 milhões de brasileiros trabalhando na limpeza, cozinha e manutenção de casas e escritórios, dos quais 93% do total (cerca de 6 milhões) eram mulheres e 61,6% do total (4 milhões) eram negros e negras. A taxa de desemprego em 2009 era de 12% entre mulheres negras, comparada a 9% para mulheres brancas, 7% para os homens negros e 5% para homens brancos. De acordo com o mesmo instituto, IPEA, em 2011 a taxa de escolarização de mulheres brancas era de 23,8%, enquanto entre mulheres negras era de apenas 9%.

Nesse mesmo ano, a renda média das mulheres negras era equivalente a 30,5% da renda percebida pelos homens brancos. Por fim, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de 2013, aponta que 70,6% das mulheres negras que trabalham nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal estão nos setores de serviços, na sua enorme maioria já como terceirizadas. Nos serviços de telemarketing a escolha de mulheres, negros e negras, para o trabalho, é por vezes justificada pela invisibilidade que esse trabalho promove. Longe dos olhos do consumidor, a atendente não precisa preencher o requisito perverso e racista da “boa aparência”.

E não é só isso. A terceirização também tem sua predileção por crianças. No último Relatório Mundial sobre o Trabalho Infantil, publicado pela OIT, há referência à direta ligação entre pobreza e trabalho infantil. A precarização das condições de vida e dos vínculos de trabalho é determinante, portanto, para impedir que a retórica de proteção se torne realidade. Em um país sem garantia de emprego, como o Brasil, no qual (de acordo com pesquisas oficiais) cerca de doze milhões de pessoas trabalham em empregos precários, como terceirizados, é evidente o estímulo à exploração de crianças e adolescentes.

Os dados oficiais do governo referem que existiam 486 mil crianças de 5 a 13 anos trabalhando no Brasil em 2013.

Esses números certamente não contemplam as crianças e adolescentes que trabalham de modo informal na exploração de minérios, no corte e cana de açúcar, em trabalho doméstico ou na fabricação de roupas e calçados.

A admissão da lógica do trabalho infantil, pelo Estado, representada de forma emblemática pela autorização da exploração gratuita de crianças na Copa do Mundo de 2014, é sintomática desse movimento de retrocesso social, pelo qual aceitamos retornar ao século XVIII, e novamente admitir a presença de atravessadores na relação de trabalho. Na época, crianças a partir de 12 anos foram autorizadas a trabalhar (por vezes como voluntários) na venda de bebidas e alimentos durante os jogos ou no recolhimento do lixo produzido nos estádios.

O efeito potencializador que a terceirização tem, para a exploração de trabalho infantil, é evidenciado pelo expressivo número de empresas internacionais que já foram autuadas pela constatação da prática de trabalho infantil em “cadeia produtiva”., ou seja, em suas prestadoras de serviços. Samsung, Nike, Le Lis Blanc, Zara, M. Officer, BV Financeira são apenas alguns dos nomes de empregadores já flagrados explorando trabalho infantil por meio de interpostos.

No documentário Favela Fábrica, as entrevistas e visitas às residências das trabalhadoras revela a facilitação do trabalho infantil, através da contratação irregular e por produção. As trabalhadoras hiper-exploradas colocam os filhos pequenos a costurar, colar, cortar, para aumentar a renda da família, pois os valores pagos pelo trabalho são irrisórios. A chamada “costura doméstica”, realizada em ambientes clandestinos, tem sido uma das atividades que mais propicia a ocorrência de trabalho infantil. É parte da chamada “terceirização externa”, que ao permitir e estimular a exploração de força de trabalho fora do ambiente da fábrica, viabiliza essa triste realidade.

Um estudo do Instituto Observatório Social revelou recentemente que a Faber-Castell, a Basf e a ICI Paints estavam envolvidas na cadeia de

exploração de mão-de-obra infantil, porque compram talco das empresas Minas Talco e Minas Serpentinito, que utilizam crianças na mineração da pedra-sabão, na Mata dos Palmitos, em Ouro Preto (MG). O estudo descobriu crianças a partir dos cinco anos de idade trabalhando nas jazidas, carregando pedras de até 20 quilos e esculpindo pedra-sabão: “cortam, talham e lixam o minério”.

A Comissão para Erradicação do Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho - CETI chegou a divulgar uma nota de repúdio à exploração do trabalho adolescente em condições análogas às de escravo, quando da última notícia de caso envolvendo a rede de Lojas Le Lis Blanc, conclamando a sociedade e os juízes do trabalho a mobilizarem-se “contra as diversas formas de precarização do trabalho, em especial a terceirização “desenfreada”:

*“Se o trabalho infantil e o trabalho escravo podem, ainda, soar distantes e irreais para os juízes do trabalho, a **terceirização, quarteirização e precarização das relações de emprego é o nosso dia a dia, nossa realidade a cada processo, a cada audiência. Nenhum magistrado trabalhista brasileiro poderá negar a presença, existência e os danos causados por estas formas de trabalho.** (...) Os juízes do trabalho, mesmo que não queiram enxergar o trabalho infantil, não conseguem deixar de ver a **terceirização e a precarização das relações de trabalho**, especialmente em vias de votação do Projeto de [Lei 4330/2004](#), que trata da terceirização - **que, se aprovado, será a porta aberta para que casos como o noticiado virem muito mais do que notícia: virem rotina**”.*

A relação entre terceirização e a precariedade do trabalho feminino, bem como exploração do trabalho infantil, não deve espantar. Historicamente, o capital nunca se opôs ao trabalho infantil, assim como também nunca se opôs à terceirização. A limitação da idade para o trabalho e para a assunção de responsabilidade penal foram conquistas duramente arrancadas do sistema. Exemplo disso é o fato de que o trabalho a partir dos onze anos em regime de 56 horas semanais foi defendido por Jorge Street, o primeiro diretor do Departamento Nacional do Trabalho no Brasil, quando da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1931. Em sua manifestação, Street referia que “seus trabalhadores”, sujeitos a jornadas de dez horas, saíam do trabalho “marchando firmes e bem dispostos”, nunca se queixavam

desse regime de trabalho, nem participaram da greve geral daquele ano. Acrescentou que os trabalhadores “aceitaram com prazer o trabalho em horas suplementares, que, naturalmente, lhes proporcionava um excedente de ganho”.

Jorge Street era considerado um industrial com muita consciência social, porque instituiu benefícios para seus quase quatro mil operários e fez uma vila operária para que residissem, na qual havia intensa prática religiosa e disciplina de caserna, com toque de recolher. Especificamente sobre a exploração de crianças, Street observou que retirá-las do trabalho significaria deixá-las “ao abandono, entregues a si mesmas, nas ruas, à disposição de todas as seduções e de todos os vícios”.

Admitia empregar cerca de 300 crianças entre 11 e 15 anos, em regime de 10 horas de trabalho por dia, muitas vezes a pedido dos pais, para que pudessem complementar a renda ou evitar o abandono. As crianças podiam “até fazer lanche durante o trabalho” e mesmo sentar para descansar de vez em quando. Ao fim da jornada, as crianças saíam das fábricas “em revoada alegre e gritante, correndo e brincando”. Street chegou a afirmar: *“Defendo, ainda, que a criança brasileira é mais precoce. Esse fato, somado à ausência de incentivo para ir à escola, torna necessária autorização do trabalho a partir dos onze anos. As crianças suportam perfeitamente bem, por exemplo, cinco horas de trabalho seguido. A partir dos 14 anos, o trabalhador já deve ser considerado adulto”*.

O pressuposto dessa defesa (declarada ou disfarçada) do trabalho infantil e precário é a ideia de que existem tipos diferentes de seres humanos. As mulheres da classe média ou alta devem atender ao padrão “bela, recatada e do lar”. Algumas até podem ser executivas de sucesso, mas pagarão o preço por isso. Seus filhos devem estudar e se preparar para assumir funções públicas e empreendimentos privados. As mulheres negras e pobres, por sua vez, devem trabalhar 12h consecutivas, em situação de assédio institucional (como ocorre tantas vezes nos ambientes de trabalho em telemarketing) ou na invisibilidade dos serviços de limpeza e conservação. Seus filhos precisam trabalhar desde cedo para auxiliar no sustento da família.

Esse problema é tão antigo, que já aparece n’ O Capital. O trabalho feminino

e infantil, segundo Marx, “foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria”.

O trabalhador, que inicialmente vendia sua própria força de trabalho, com a introdução da máquina na realidade da relação de trabalho, “vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos”.

Ocorre que desde o século XVIII uma farta doutrina de proteção à mulher, à infância e à juventude se desenvolveu, impondo limites à fúria predatória do capital. Trata-se, portanto, de uma escolha social: não viver em uma sociedade de seres humanos que não tenham direito à infância, à maternidade, a condições similares de proteção no ambiente de trabalho. Uma conquista histórica que a disseminação da terceirização vem comprometendo e cujos efeitos deletérios não estão sendo discutidos por quem defende ou mesmo por quem critica a técnica de repasse das atividades da empresa a terceiros, denominada terceirização.

A Constituição de 1988 estabelece claramente o primado dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a ponto de determinar - em seu artigo 170 - que a própria ordem econômica deve se sujeitar aos “ditames da justiça social”. O art. 7º, inciso I, da Constituição afirma ser direito fundamental dos trabalhadores brasileiros “I - relação de emprego”. Essa é a perspectiva sob a qual a relação social entre trabalho e capital é concebida na ótica constitucional. Ao contrário do que ocorreu no passado, hoje a linguagem jurídica constitucional repudia a terceirização sob qualquer modalidade, assim como repudia o trabalho infantil ou a discriminação de gênero.

A conclusão necessária, portanto, é a de que o Direito, enquanto linguagem jurídica do capital, avançou em sentido oposto àquele pretendido pelo discurso da terceirização. Qualquer regulamentação da interposição de sujeitos na relação de emprego, seja sob que denominação for, implica retrocesso social. Esse discurso constitucional, mesmo naquilo que possui de retórico ou utópico, deve constituir o ponto de partida para a aplicação e a compreensão do Direito do Trabalho.

A luta pelo trabalho decente, pela melhoria das condições sociais, por uma

sociedade minimamente melhor, passa pela rejeição plena e radical de qualquer forma de atravessamento na relação entre capital e trabalho.

***Valdete Souto Severo** é doutora em Direito do Trabalho pela USP/SP e Juíza do trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região.*

Bolsa Família favorece autonomia das mulheres, diz estudo de centro da ONU

O programa Bolsa Família é positivo para a autonomia das mulheres beneficiárias, bem como para seu poder de decisão no lar, seu senso de cidadania e suas escolhas reprodutivas. Por outro lado, elas tendem a trabalhar menos horas no mercado de trabalho e realizar mais atividades domésticas, [o que acaba reforçando os estereótipos de gênero](#).

[\(Nações Unidas.org, 13/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Leia também:

[CEPAL: autonomia das mulheres é imprescindível para a igualdade de gênero](#)

A conclusão é de estudo divulgado na quarta-feira (11) pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) das Nações Unidas.

A pesquisa concluiu por meio de análises econométricas que o programa não altera significativamente a participação dos beneficiários no mercado de trabalho. Contudo, há indicativos de que, entre as mulheres, há redução de horas dedicadas ao trabalho produtivo, o que é compensado pelo aumento das horas direcionadas às tarefas domésticas.



Bolsa Família atende 13,8 milhões de famílias brasileiras. Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

O estudo “Bolsa Família e autonomia feminina: O que nos dizem os estudos qualitativos?”, da pesquisadora associada do IPC-IG e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Letícia Bartholo, analisou sob uma perspectiva de gênero os efeitos do programa que atende 13,8 milhões de famílias brasileiras.

Criado em 2003, o Bolsa Família tem como objetivo combater a fome e a pobreza, além de incentivar a educação e os cuidados médicos nas famílias mais pobres no Brasil. As mulheres são as principais beneficiárias da iniciativa em 92% das famílias participantes, independentemente do arranjo familiar. As famílias beneficiárias devem cumprir condicionantes nas áreas de educação e saúde, conforme o perfil de seus membros, o que inclui a frequência escolar regular e o calendário de vacinação para crianças.

Os resultados do estudo demonstraram que o acesso direto aos benefícios do programa aumentou a capacidade de tomada de decisão das mulheres em relação às questões domésticas, impulsionando sua autonomia. A percepção de ter uma fonte regular de renda fez com que elas se sentissem menos

dependentes de seus parceiros. Quanto à participação no mercado de trabalho, os resultados apontaram uma redução no número de horas que elas dedicam ao trabalho produtivo, compensadas por um aumento nas horas atribuídas às tarefas domésticas e aos cuidados infantis.

Segundo o estudo, isso pode ser negativo para as questões de igualdade de gênero, uma vez que reforça os papéis tradicionais da mulher na sociedade — já que o trabalho produtivo pode contribuir para sua segurança financeira e independência. Por outro lado, também pode significar oportunidade de deixar empregos precários e exploradores, de acordo com a pesquisa.

Mulheres entrevistadas pela pesquisa que vivem em áreas rurais têm experimentado um maior senso de cidadania e reconhecimento social por terem seus documentos civis emitidos e por se tornarem a ligação direta entre as suas famílias e o governo, segundo o estudo.

Além disso, as condicionalidades do programa que fortalecem as ligações entre as mulheres e os serviços de saúde melhoraram seu acesso aos métodos contraceptivos e, portanto, aumentaram seus direitos reprodutivos. O acesso direto à renda também pode ter influenciado a busca das mulheres por mais opções de controle de natalidade.

A pesquisadora lembrou que, embora as mudanças nos papéis de gênero sejam complexas e constituam conquistas de longo prazo, elas nunca foram o objetivo principal do Bolsa Família. Mesmo assim, o programa facilitou indiretamente a autonomia das mulheres mais pobres, aumentando seu acesso aos cuidados de saúde, renda básica e permitindo-lhes a ligação direta com o Estado.

Apenas 9% das mães se

identificam com imagem de maternidade da mídia

(Estadão, 16/07/2016) As mães precisam de ajuda e nem todo mundo percebe isso. A rotina é tão cansativa e diferente da mostrada em propagandas que algumas chegam a esquecer os filhos em locais públicos ou permitem que eles durmam em suas camas por falta de energia para fazê-los dormir sozinhos. Elas não querem o rótulo de “mães perfeitas”, que têm dedicação exclusiva às crianças: a mãe brasileira se define como alguém que “ama seus filhos, mas também ama o seu trabalho, seu parceiro e tem outros objetivos na vida”.

O perfil foi traçado pela pesquisa A Nova Mãe Brasileira, feita pelo Instituto Qualibest e pelo site Mulheres Incríveis. Foram ouvidas 1.317 mil mães, todas com mais de 18 anos - 81% delas têm de um a dois filhos.

Dois terços das mães brasileiras consideram a rotina difícil, exaustiva ou impossível. Apenas 9% dizem se identificar com a imagem da mãe que aparece na mídia e 70% também afirmaram que se sentem julgadas ou cobradas.



Fotos da cineasta Helen Ramos, 29 anos, mãe de um menino de 2 anos. FOTO SERGIO CASTRO/ESTADÃO.

“Chamou-nos a atenção que, quando solicitamos às entrevistadas que fizessem um pedido, 40% disseram querer ajuda nas atividades domésticas”, afirma a jornalista Brenda Fucuta, idealizadora da pesquisa. “Ela quer mais ajuda para cuidar da casa do que dos filhos: isso mostra que ser mãe é difícil, mas a grande questão é resolver a administração da casa.” O desafio atual da mãe brasileira parece ser envolver o cônjuge e as crianças nas tarefas domésticas.

Atitudes.

A pesquisa perguntou às mães se elas já tomaram alguma atitude com os filhos que consideram constrangedora ou vergonhosa. “Dei umas palmadas”, responderam 33%. “Deixei ele ficar assistindo TV ou vídeos na internet para eu poder descansar, dormir ou fazer alguma outra atividade do meu interesse” (28%), “Ofereci comida industrializada” (21%), “Já ameacei ir embora de casa e deixá-lo para outros cuidarem” (15%), “Já dei uma surra” (10%), “Já dei remédio para que ele se acalmasse” (3%), “Deixei-o trancado sozinho em casa” (2%), “Esqueci-o numa loja ou na escola” (2%).

De certa forma, os dados da pesquisa mostram que há uma discrepância entre o discurso-padrão da maternidade sonhada com a vida real enfrentada pelas mães, em que dificuldades se somam aos prazeres. Foi por vivenciar isso na pele que a publicitária Luciana Cattony, de 38 anos, decidiu criar o site Maternidade Real. Ela é mãe de Henrique, de 5 anos. “Quero dar leveza e alegria para as mães, mas ninguém fala sobre o lado difícil da maternidade. Isso também é importante.”

Desde maio, a cineasta Helen Ramos, de 29 anos, “desromantiza” a maternidade em seu canal Hel Mother, no YouTube. As experiências com o filho Caetano, de 2 anos, estão entre os temas abordados. “Ninguém chegava antigamente e até recentemente para falar que a amamentação será difícil, todo mundo só falava que é o maior amor do mundo. Depois que eu tive filho, percebi como foi importante saber a verdade.”

Helen diz que é fundamental que mais mulheres falem sobre suas dificuldades e consigam pedir ajuda para as pessoas que estão ao seu redor. “Não conheço nenhuma mãe que não ame seu filho acima de qualquer coisa, mas todas têm algo para desabafar”, disse Helen.

A designer e ilustradora Thaiz Leão, de 26 anos, mãe de Vicente, de 2, chegou à maternidade com as referências de “mãe ideal” passadas por filmes e propagandas, e se deparou com uma situação completamente diferente. “Eles mentiram para mim, pelo menos em parte. Eu não sabia que iria dormir tão pouco, eu não sabia que um bebê tinha tantas necessidades e que, para algumas delas, eu seria impotente. Eu achava que estaria no controle, mas esquece, não havia controle algum. Com o tempo descobri que não tinha energia para criar uma pessoa inteira sozinha. É preciso muita gente. Todo dia.” Foi assim que ela resolveu fazer ilustrações sobre o tema e criou a página Mãe Solo.

Realidade. “As famílias que aparecem na mídia para vender margarina trabalham com a imagem da família e mães ideais. Mas a família real não é assim o tempo todo. Existem conflitos, separações e todos os outros sentimentos, porque são seres humanos. Se o meu real está muito longe disso, gera um conflito com consequências diferentes para as diferentes pessoas”, avalia a psicóloga Ceneide Maria de Oliveira Cerveny, professora

da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e autora do livro *A Família como Modelo*.

Gabriela Malzyner, professora do curso de formação em psicanálise do Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP/SP), diz que as mães não precisam buscar uma fórmula para exercer a maternidade. “A mãe tem de trabalhar, sair com o marido e com os amigos. Essas trocas são importantes, porque o bebê tem de entender que ele não é o único interesse da mãe, isso pode ser nocivo para ambos.

Acesse no site de origem: [*Pesquisa traça perfil da mãe brasileira atual \(Estadão, 16/07/2016\)*](#)

Estado tem que obrigar homens a assumir mais tarefas dentro de casa, diz economista feminista

(Opera Mundi, 27/08/2015) Para Corina Rodríguez Enríquez, não basta remunerar atividades domésticas a quem as executa: é preciso ações afirmativas que permitam às mulheres ocupar as mesmas posições dos homens

Como alcançar maior igualdade entre homens e mulheres? Como acabar com injustiças inexplicáveis, como salários diferentes para uma mesma função? Para a economista feminista argentina Corina Rodríguez Enríquez, são necessários uma revolução cultural e, principalmente, mecanismos de coerção para fazer homens terem tantas tarefas dentro de casa (no chamado trabalho do cuidado) quanto mulheres. Somente dessa maneira, ela explica, será possível às mulheres terem o mesmo espaço no mercado de trabalho que os homens.

“Queremos que os homens cuidem mais, portanto, necessitamos que eles

trabalhem menos”, explica a também pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas e integrante do comitê executivo do Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN).



Corina Rodríguez Enríquez: “Queremos que os homens cuidem mais, portanto, necessitamos que eles trabalhem menos” (Foto: Arquivo Pessoal)

Para Corina, não basta remunerar atividades do lar a quem as executa: é preciso buscar ações afirmativas que proporcionem às mulheres a possibilidade de ocupar o mesmo número e tipos de posições historicamente relegadas ao universo masculino. “Não é algo fácil, ainda mais porque a atual forma de organização do cuidado está tão naturalizada que as próprias mulheres não a reconhecem como problema”, observa, ao lembrar que mesmo em países onde a licença parental de dois anos pode ser dividida, a tendência é a mãe assumi-la por mais tempo. “É preciso obrigar os homens a cuidar”, protesta. “Nós, mulheres, não temos mais atributos que os homens para cuidar. Simplesmente temos capacidade de parir e amamentar”.

A seguir, os principais trechos da entrevista, concedida por telefone:

Opera Mundi: Do que se trata a economia feminista e a economia do cuidado

Corina Rodríguez Enríquez: A economia feminista é uma corrente de pensamento heterodoxa, bastante nova e marginal. A economia do cuidado tem a ver com as interações entre as questões de gênero e as relações econômicas e, nesse sentido, tem contribuído para o debate de políticas públicas, o que é bem útil no contexto da América Latina. Em um certo sentido, o que a economia feminista faz, acunhando o conceito da economia do cuidado, é dar visibilidade ao papel sistêmico que o cuidado tem na dinâmica econômica. Os ortodoxos falam da produção e do mercado de trabalho dando por certo a existência da oferta de mão de obra, sem se perguntar como essa força laboral está disponível. E uma das coisas à qual busca dar visibilidade a economia do cuidado é que para essa força de trabalho estar disponível todos os dias para o capital contratá-la, é preciso um imenso trabalho, não majoritariamente remunerado, que realizam as mulheres. O segundo ponto para o qual atenta é como essa atual organização da força de trabalho explica a situação econômica das mulheres, ou seja: como essa forma de organizar o cotidiano da vida, que se sustenta primeiro nos lares e no trabalho não remunerado das mulheres, faz com que elas tenham menor e pior participação no mercado de trabalho, onde conseguem trabalhar menos que os homens, muitas vezes em tarefas informais, sem registro ou proteção social, e com salários menores.

OM: A desigualdade de gênero nos lares é um reflexo ou um motor da desigualdade dentro das empresas e do mercado em geral?

CRE: Creio que o que se passa dentro dos lares é o que se passa no mercado de trabalho e vice-versa, porque as mulheres têm menores salários e menos opções laborais, porque somos mais discriminadas pelo fato de sermos mulher. As relações de gênero são dinâmicas e se transformam com o tempo, então o que diz respeito a nossas vidas é diferente do que foi para nossas mães ou nossas avós. Apesar das transformações nisso, as mudanças com o trabalho de cuidado vem mudando muito lentamente. Os homens parecem dispostos a assumir tarefas na economia do cuidado, como levar filhos ao colégio ou ficar com eles, mas estão menos dispostos a limpar a casa, passar

ou cuidar de idosos ou doentes. As mulheres, então, acumulam a jornada habitual de cuidado à jornada laboral, e não podem diminuir as tarefas de cuidado por não terem a quem recorrer. Estão debilitadas pelo marco machista e pela precariedade de serviços públicos de cuidado.

OM: Na América Latina isso ainda é pior, não?

CRE: Na América Latina isso é muito mais pronunciado por vários motivos. Em primeiro lugar porque o sexismo e o machismo são traços culturais ainda muito fortes. Além disso, os Estados não assumiram o tema do cuidado como prioritário em suas agendas de política pública. Apenas dois ou três países da região o fizeram, como o Uruguai, cujos partidos nas últimas eleições trouxeram o tema para o debate.

OM: Se não incluirmos a questão de gênero para tratar de desigualdade, como conseguiremos superá-la? Como iniciar esse debate fora da academia?

CRE: O que precisamos nos países da região é trazer o tema para a agenda pública, ou seja: produzir argumentos sólidos a favor de políticas públicas nesse campo. Em segundo lugar, é preciso que o movimento de mulheres assuma o tema. Os movimentos de mulheres, na maior parte dos países da região, concentraram-se em temas como violência e direitos sexuais e reprodutivos, mas não abordaram esse tema do cuidado em suas agendas. Então continua sendo um tópico histórico dos debates feministas, que querem transformar as relações de gênero e questionar o status quo. Isso é imprescindível para gerar uma demanda social por políticas de cuidado. Não é algo fácil, ainda mais porque a atual forma de organização do cuidado está tão naturalizada que as próprias mulheres não a reconhecem como problema. Será preciso uma batalha cultural, que requer estratégias perseverantes e criativas, assim como argumentos. O Instituto de Estatísticas de México, por exemplo, estimou que o valor econômico do cuidado em seu país gira em torno de 20% do PIB, que é mais do que o México recebe de exportações de petróleo ou mais do que recebe de remessas de imigrantes no exterior. Na Argentina, por exemplo, 20% do PIB é mais do que gastamos com o sistema previdenciário.

OM: A teoria econômica que vigora e guia as políticas públicas de

hoje é androcêntrica, em sua opinião?

CRE: A teoria econômica ortodoxa é androcêntrica e continua sendo a base da formulação de políticas públicas. O que a economia feminista denuncia é que as relações econômicas estão atravessadas pelas relações de gênero, têm implicações diferentes para homens e mulheres e perpetuam desigualdades de gênero. Há quem defenda que se esse trabalho do cuidado cumpre uma determinada função na economia, não é remunerado e ainda ajuda a perpetuar a desigualdade, então deveria ser pago. Outra posição, como a minha, acredita que a demanda da remuneração pode servir como reconhecimento, mas não transformará a situação das mulheres. E, se aspiramos à uma sociedade mais igualitária, o que demandamos é que se retribua trabalho e tempo - tanto cuidado não remunerado quanto aquele remunerado de mercado. Queremos que os homens cuidem mais, portanto, necessitamos que eles atuem menos no mercado de trabalho. A chave é a redistribuição do trabalho e de tempo de trabalho. Para isso a recompensação monetária não é suficiente, pode ser até contraproducente.



Homens e mulheres têm os mesmos atributos para cuidar dos filhos, diz economista (Foto: Flickr/CC)

OM: Como, então, fazer os homens trabalharem menos tempo no mercado e mais em atividades de cuidado?

CRE: Há diferentes estratégias e é importante pensar elas em seus contextos. Os países europeus conseguiram uma distribuição com uma das estratégias de implementação de licenças paternais e também parentais. Essas licenças são conseguidas com os homens trabalhando menos tempo e dedicando mais tempo ao cuidado. O Uruguai, por exemplo, aprovou no ano passado uma lei de ampliação da licença paternal para um mês e a implementação da licença parental. O que a experiência europeia ensinou é que quando as licenças estão disponíveis para mães e pais, as mães acabam cumprindo-as. Então, é preciso implementar mecanismos que obriguem os pais a fazê-lo também. Por exemplo, em países com licença parental de dois anos, pai e mãe podem dividi-la, mas pelo menos seis meses devem ser do pai, senão a licença se reduz a um ano e meio. Estou convencida de que quando enfrentamos tradições culturais arraigadas é necessário um pouco de coerção para transformá-las. É preciso obrigar os homens a cuidar. É preciso encontrar mecanismos que os obriguem a assumir essas responsabilidades.

OM: Algumas funções são vistas como mais propícias para homens e outras para mulheres? Como desconstruir isso?

CRE: Temos que desconstruir a divisão sexual de trabalho tal como existe. É preciso uma mudança cultural, mas também políticas públicas com ações afirmativas. O Paraguai, por exemplo, implantou um programa para promover a incorporação das mulheres como motoristas de ônibus no sistema de transporte público. Incentivaram, através de uma política afirmativa, que as empresas de transporte contratassem as mulheres.

OM: A que se deve a naturalização da ideia de que a mulher tem maior capacidade de cuidar do que os homens?

CRE: Temos uma capacidade biológica diferente da dos homens, de parir e amamentar, que é inegável. A partir dessa diferença biológica foi construída uma diferença social em relação aos papéis de cuidado, com a ideia de que se parimos temos mais habilidade para trocar fraldas e preparar a comida. Mas isso se estendeu de tal forma que passou a ser entendido que se temos capacidade de parir temos maior capacidade para limpar o banheiro ou para fazer as compras! Essa é, então, a construção social das relações de gênero:

a partir de uma diferença biológica inegável em relação à vida, construir essa diferença social, que não tem nenhum fundamento científico. Nós, mulheres, não temos mais atributos que os homens para cuidar. Simplesmente temos capacidade de parir e amamentar.

Marsílea Gombata

Acesse no site de origem: [Estado tem que obrigar homens a assumir mais tarefas dentro de casa, diz economista feminista \(Opera Mundi, 27/08/2015\)](#)

Tarefas de casa ocupam 88% das mulheres e 46% dos homens, diz IBGE

(G1, 17/12/2014) Os afazeres domésticos são encargo para 88% das mulheres de 16 anos ou mais com trabalho, de acordo com estudo do IBGE divulgado nesta quarta (17), dentro da Síntese de Indicadores Sociais. Já a taxa de homens nessas condições é bem menor: 46%.

A jornada média, entre tarefas da casa e o emprego, é de 56,4 horas por semana entre as mulheres, o que representa cinco horas a mais em relação aos homens que se ocupam dos dois compromissos.

Mulheres ganham menos

As mulheres, em média, recebem menos que os homens em todas as formas de ocupação. A desigualdade se acentua nos trabalhos informais: ganham 65% do rendimento que têm os homens sem carteira assinada. No trabalho formal, a proporção é de 75%.

Mas a diferença vem diminuindo. Entre 2004 e 2013 melhorou o rendimento das mulheres com trabalho informal, o que contribuiu para a redução da

desigualdade entre sexos.

Mulheres com até oito anos de estudo ganham 90% do que recebem homens no mesmo patamar de escolaridade. Acima dos oito anos de estudo, a relação cai para 71%. Considera 12 anos ou mais de estudo, o rendimento-hora das mulheres é 66% dos homens.

Acesse no site de origem: [Tarefas de casa ocupam 88% das mulheres e 46% dos homens, diz IBGE \(g1, 17/12/2014\)](#)